

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Francisco Iglésias

Com a morte de José Honório Rodrigues, verificada a 6 de abril, perde a historiografia brasileira uma de suas figuras mais significativas, pela obra realizada, pelos caminhos que trilhou e traçou, pela influência marcante em serviços públicos ligados à sua especialidade, como bibliotecas e arquivos, pelo ensino, pela pregação de novos programas e outro conceito do labor historiográfico. Operoso, não conheceu descanso desde sua estréia em 1940, sempre pesquisando e escrevendo, divulgando idéias no jornal, na cátedra, em conferências, seminários, congressos. Fazia-o com empenho e até paixão. Pode-se fazer agora, com possível rigor, o balanço de toda essa atividade, de efeitos tão fecundos na produção intelectual das ciências sociais, notadamente da História. Como disse André Malraux em bela passagem de romance, é só depois da morte que se define nos homens sua verdadeira face.

Honório nasceu no Rio de Janeiro em 1913 e tinha imenso orgulho de seu berço. Amou a cidade, escreveu sobre ela. Via-a como centro do Brasil, em idéia justíssima. Ainda hoje, mesmo sem ser a capital do País, é de fato o eixo da sua vida intelectual e política: o que aí não ecoa não tem importância decisiva no plano nacional. Terra de D. Pedro II e Machado de Assis, como gostava de lembrar, em seu amor às vezes ciumento e quase possessivo, indignava-se com o fato de vê-la dirigida por autoridades de outras procedências. Afinal, exatamente pela importância, ela seduz brasileiros de todos os pontos, mesclando-os e até determinando-lhes a fisionomia. A cidade é fascinante como beleza natural e humana e tem atmosfera muito particular, subjugadora. E todo brasileiro é um pouco carioca.

Curioso: Honório, tão entranhadamente de sua terra, pouco se identificava com os traços mais proclamados — seus estereótipos —, pois era pouco lúdico, excessivamente preocupado em seus estudos e com os rumos nacionais, nada lírico ou bem-humorado — era mesmo destituído de humor —, à maneira convencional dos conterrâneos. Amava a sua área, estudou-a e exprimiu-a, mas não cultivava ou não tinha a sua verve — encontrável, por exemplo, no amigo ficcionista Marques Rebelo: de comum com os cariocas tinha apenas o apego ao futebol, nele colorido com paixão — sua nota dominante —, chegando à intolerância pouco esportiva — torcedor do Flamengo, detestava os rivais, negando-lhes tudo,

votando-lhes desprezo, quando não ódio nos dias de derrota do quadro de sua eleição. Passional no único lazer cultivado, como nos estudos, na convivência com os outros, no acompanhamento da vida intelectual ou política.

No Rio nasceu e morreu, saindo apenas para breves temporadas em Brasília ou São Paulo, aulas conferências, concursos ou viagens de recreio por todo o Brasil, sem falar nas permanências mais longas — alguns meses — nos Estados Unidos e na Inglaterra, outras mais breves em diversos centros da Europa. Também aí era atraído pelos documentos, correndo livrarias e antiquários em busca de textos raros — não era um bibliófilo, mas leitor —, bibliotecas e arquivos. Não terá ido a lugar nenhum, aqui ou fora, sem fazer essas visitas, para ele obrigatórias, pois o estudo foi a razão de ser de toda a sua vida. Para ele a História foi sempre coisa séria, absorvente, não a vendo jamais como lazer, fuga, passatempo. Quando moço, não havia ainda a Universidade entre nós, só as escolas tradicionais. Teria sido aluno de um curso de Sociologia, Economia, preferentemente História. Não os havia, e, como milhares de outros, frequentou a Faculdade de Direito, na qual teve professores de terna e eterna admiração. Não foi contudo advogado, pois não se dedicou à carreira.

No serviço público, foi funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool, no qual realizou ampla pesquisa histórica, origem de valiosa obra, editada em dezenas de fascículos da **Revista**, do órgão, até hoje não aparecida em livro, há muito anunciado como **Capítulos de História do Açúcar**. É edição que se impõe. Logo entraria para serviços mais consentâneos com o seu gosto. Foi funcionário do Instituto Nacional do Livro e da Biblioteca Nacional; aí, dirigiu com competência e amor a Divisão de Obras Raras, de 46 a 58; ao mesmo tempo, entre 48 e 51, dirigiu a seção de pesquisas do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. Desse Instituto foi professor alguns anos, no curso para formação de diplomatas; para eles escreveu a **História Diplomática do Brasil**, ainda também não divulgada. O autor burilava esse escrito, surgido da contingência das aulas, sem chegar à forma desejada. Não sei se o deixou em condições de ser editado; de qualquer modo, tudo indica merecer a categoria de livro, pois é fruto de pesquisa em área de seu gosto muito especial — a política externa.

Se marcou a passagem pela Divisão de Obras Raras, foi no exercício da chefia do Arquivo Nacional, de 58 a 64, que mais plenamente se realizou como servidor público. Encontrou uma repartição antiquada, sem recursos e sem pessoal de preparo conveniente, em linha de rotina e ausência de criatividade, como é comum nesses órgãos. Quadro perfeito da situação está no importante documento que então escreveu e divulgou — **A situação do Arquivo Nacional** (1959). Aponta o existente, as faltas e

tarefas: breve texto, certo no diagnóstico e no prognóstico, devia ser lido e meditado por quantos respondem por instituições do gênero. Entrega-se ao cargo com a máxima dedicação. Através de convênios, para superar as carências financeiras (as autoridades nunca tiveram empenho por essas casas, pois elas não rendem eleitoralmente), obteve a vinda de técnicos notáveis em arquivos ou especialistas fundamentais a seu funcionamento; eles deram cursos, formaram pessoal habilitado, imprimiram diretrizes aos serviços, escreveram textos, logo traduzidos — muitas vezes pela mulher, Leda Boechat Rodrigues, companheira admirável, advogada e historiadora de mérito —, algumas dezenas de volumes pequenos ou maiores, o que de mais valioso nesse campo se fizera até então no País. A tarefa não teve continuidade, infelizmente.

Sua passagem pelo Arquivo Nacional representa o momento mais importante da instituição criada em 1838. Pode-se mesmo dizer que é um dos momentos da história da administração pública no País, quando um chefe consegue transformar substancialmente certo serviço. Dele se poderia dizer o que Álvaro Lins disse do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores — guardem-se as proporções, é claro, pois esta era de efeito transcendente na trajetória nacional e foi bem mais ampla: resultou da coincidência de um longo preparo com uma oportunidade. Há afinidades nos dois casos: Honório como que se preparara para o posto e teve a ocasião rara, feliz para ele e para o País, de ocupar o posto. O Arquivo Nacional é um antes e outro depois de sua passagem pela direção. Demais, esse esforço repercutiria em alguns Estados, que acorrem à convocação dos cursos especiais no Rio, aprendem o não sabido e voltam a suas repartições com outra visão e preparo, disposição e competência antes inexistentes. Poucas unidades, no entanto, acorreram a esse chamado, pela apatia, omissão, despreparo de seus responsáveis. Os livros então editados sobre Arquivos ficaram e podem exercer ainda influência.

Antes, fizera viagens ao Exterior, em bolsas de estudo para cursos ou visitas a instituições. Entre elas, bolsa em 43-44 nos Estados Unidos, pela Fundação Rockefeller; em 50 e 68 na Inglaterra, pelo Conselho Britânico. Foi também enviado em missão pelo governo brasileiro e a convite do Conselho Britânico, em trabalho feito com rigor: resultou daí um texto significativo na história das pesquisas entre nós, o pequeno mas substancioso volume **As fontes para a História do Brasil na Europa**, de 1950. Dessa missão, como de muitas outras até do século passado, dá notícia circunstanciada em seu valioso **A Pesquisa Histórica no Brasil**.

Ainda como atividade, foi professor algumas vezes: no Instituto Rio Branco, como se referiu, de 46 a 56. Não foi titular de

nenhuma Universidade — nunca teve o posto de catedrático, em geral pouco criativo, quando não infecundo —, mas foi professor nas Universidades de Brasília e Fluminense, eventualmente em outras, para breves cursos. Lecionou também no Exterior: nos Estados Unidos, em Austin (63/4 e 66) e em Columbia (70). Fez conferências e participou de congressos, sempre com viva atuação, nos Estados Unidos, em países da América Latina, na Europa e em muitos Estados brasileiros. Convidado, quase sempre acedia, muitas vezes com prejuízo para suas obras ou pesquisas. Animava-o o desejo de atender, divulgar idéias, em geral polêmicas, pela indiferença dos meios universitários, como também pelo gosto do convívio e debate com jovens de todos os recantos. Vida profícua, portanto, dedicada exclusivamente ao estudo e divulgação da História.

Refira-se agora o básico de sua atividade: a produção historiográfica. Ampla, tem cerca de 28 livros, alguns dos quais em dois, três, cinco e seis volumes; colaborou com capítulos em obras coletivas, no Brasil e na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos; fez várias edições críticas; editou dezenas de volumes de documentos, quase sempre com prefácios esclarecedores. É possível dividir essa produção em cinco grupos: 1) o da teoria, metodologia e historiografia, em obras sistemáticas; 2) história de temas; 3) ensaios historiográficos; 4) obras de referência; 5) edições de textos.

Em perspectiva sumária, lembrem-se alguns títulos. No primeiro grupo — teoria, metodologia e historiografia: **Teoria da História do Brasil**, 49; **Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil**, 49; **A Pesquisa Histórica no Brasil**, 52; **História da História do Brasil**, 79. Três desses títulos são fundamentais para todo estudioso: o tríptico constituído por **Teoria**, **Pesquisa** e **História da História**. Pode-se dizer sem hesitação que no gênero ninguém produziu tanto. Dele é o primeiro estudo de teoria de certo significado; o mais completo sobre pesquisa e o melhor sobre história da historiografia. Lamenta-se tenha sido publicado apenas o primeiro volume, referente ao período colonial. Não sei em que estado ficou a obra, se há mais algum volume em condições de ser editado. Se não foi o criador do gênero entre nós, ninguém fez mais e marcou tantos rumos.

Na segunda categoria — história de temas: **Civilização Holandesa no Brasil**, juntamente com Joaquim Ribeiro. É sua estréia, em 40. Foi o principal autor, como reconhece o parceiro. Bem mais importantes são: **Brasil e África: outro horizonte**, 61; **O Parlamento e a evolução nacional**, 72; **Independência: Revolução e Contra-revolução**, em cinco volumes, 76; **O Conselho de Estado: Quinto Poder?**, 78. No terceiro grupo — de ensaios historiográficos: **Aspirações Nacionais**, 63; **Conciliação e Reforma no Brasil**, 65; **História e Historiadores do Brasil**, 65; **Vida e**

História, 66; **História e Historiografia**, 70; **História, Corpo e Tempo**, 76; **História Combatente**, 83; **História Viva**, 85; **Tempo e Sociedade**, 86. Entre as obras de referência — quarto grupo —, de certo modo podem ser consideradas as do primeiro grupo, mais os **Índices Anotados**, da Revista do Instituto do Ceará, 59; e da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 61. Na última categoria da classificação aqui proposta estariam as edições de textos, com dezenas de volumes: entre outros, **Anais da Biblioteca Nacional** (volumes 66 a 74, entre 48 e 63); **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional** (volumes 71 a 110, 44-45); **Cartas ao Amigo Ausente**, de José Maria da Silva Paranhos, 63; **Correspondência de Capistrano de Abreu**, 3 volumes, 54-66; **O Parlamento e a Evolução Nacional, 1826-40** (7 volumes, 72); **Atas do Conselho de Estado** (13 volumes, 78). Todos com prefácios, às vezes anotações e índices especiais. A reedição de vários livros de Capistrano de Abreu. Sem falar em muitos outros prefácios e notas para originais ou reedições de diferentes autores, épocas e dimensões. Esse conjunto de trabalhos coloca Honório na linha dos mais incansáveis historiadores do País, como Varnhagen e Capistrano.

Sob o aspecto qualitativo, também a obra é valiosa, pela lucidez, dedicação contínua, sentido de verdadeiro trabalho historiográfico, que o leva a compreender a atividade como coisa viva, atuante, ligada ao País e à época, como se vê até por alguns dos títulos citados no terceiro grupo. Sua maior contribuição é a história da historiografia, com títulos como os enunciados. Entre eles, as bibliografias, os levantamentos de assuntos, estudos dos historiadores de sua preferência, os “brazilianists”, arrolamento e análise de arquivos, a evolução da pesquisa, as missões brasileiras no estrangeiro e outros assuntos. A parte mais essencialmente teórica é menos valiosa, como se dá em capítulos da **Teoria** ou no livro **Filosofia e História**, de 81. Empenhado em metodologia — ninguém batalhou mais por seu cultivo —, decerto lhe faltou formação filosófica mais sólida, insuficiência muito brasileira. Os livros dedicados a temas são variáveis: o de **estréia**, em 40, é apenas promissor; os seguintes seriam bem superiores. O mais importante, pela pesquisa e dimensões, é o dedicado à **Independência**. Ressente-se, contudo, de certa falta de síntese. O mais completo sobre o assunto, é a melhor contribuição de quanto se escreveu nas comemorações dos 150 anos do episódio.

A propósito de síntese, assinala-se não ter sido o seu forte. É real a sua falta, o autor é melhor nos ensaios que nas análises pormenorizadas de temas. Uma lembrança confirma o fato: como todo historiador patricio, Honório pensou em escrever uma **História do Brasil**. Contratado por editora inglesa, pensou ter chegado o seu momento e se dispôs a fazê-la. Anunciou-a em várias ocasiões, entre títulos de próximo

aparecimento. Depois não anunciou mais, renunciando à tarefa. É pena, pois de autor significativo é de esperar-se obra do gênero. Faltou-lhe paciência ou capacidade de síntese. Dos ensaios, alguns são notáveis como revelações e abrangência — caso do dedicado aos “brazilianists” — como de acuidade. Entre muitos, lembrem-se passagens de **Aspirações Nacionais**, todos os de **Conciliação**, alguns perfis de historiadores — Varnhagen, Capistrano — ou políticos — Visconde do Rio Branco, por exemplo.

A obra de José Honório Rodrigues prende pela pesquisa e atenção a aspectos fundamentais. É apaixonada e às vezes apaixonante. Amou intensamente o seu país e o seu povo: “Vibro e me arrepio com as grandes causas nacionais”, escreveu em 75 no prefácio de **Independência**. Por ter amado e entendido sua terra e gente, também vibrava de indignação ante a incapacidade dos políticos, por vezes até mesmo sua indiferença ou traição. Denunciou com vigor e rigor a incompetência dos dirigentes, bem como exaltou a superioridade do povo, verdadeiro agente do processo nacional. Insistiu no caráter cruento de nossa História — tese esboçada por Capistrano, sem o devido aprofundamento —, aí chegando a exageros que deixam o leitor acreditar a trajetória nativa mais cruenta que a dos Estados Unidos ou da África do Sul. Há visível exagero na tese de ter sido a independência brasileira tanto ou mais cruenta que a das antigas colônias espanholas. Motivou essa hipertrofia de acento sua recusa da idéia de cordialidade da vida brasileira, como a apresenta a historiografia tradicional e é indevidamente atribuída a outra que nada tem de oficial. A denúncia exaltada do oficialismo da produção nativa lembra a obra de Manuel Bonfim, contra o convencional da monarquia e do governo bragantino, contra as tradições portuguesas, a seu ver tão daninhas na América. Curiosamente, Honório não citava esse autor, de cujo pensamento, no entanto, era muito próximo. Bonfim deve ter sido o primeiro a fustigar o que chamava história oficial, no que seria muito repetido por Honório. Seu tom indignado e até irado podia constituir certo encanto nas conferências e debates, conferindo-lhes vivacidade, mas levou a injustiças, freqüentes em artigos de jornal de seus últimos anos, quando descambava até para o xingatório (recorde-se pitoresca resenha na imprensa do livro de John Foster Duller Jr.). O calor da linguagem e número excessivo de chamadas no texto para suas próprias obras criaram-lhe animosidades e até julgamentos injustos de parte de pessoas menos compreensivas.

Em resumo, em Honório tem-se obra valiosa, contribuição para o conhecimento do processo nacional. Muito do mais significativo pulsa em milhares de páginas que escreveu, sob certo aspecto consubstanciado em “Teses e antíteses da História do Brasil” (recolhido em **Conciliação**). A bibliografia é enriquecida por esse conjunto de livros desiguais, com uma nota comum que é a pesquisa atenta, o desejo de esclarecer, interpretar,

apontando rumos, com vistas a superar entraves criados pela ordem externa e muito também pela interna, pela mediocridade dos grupos dirigentes, às vezes pelo impatriotismo e até pela traição. No campo intelectual, principalmente no historiográfico, denunciou o oficialismo, subserviência de quem devia encarnar a liberdade, com autonomia e vigor, consumindo-se na rotina, no oportunismo, no culto do convencional, quando há potencialidades a serem devidamente exploradas, rumos a serem trilhados. Além dos livros, reeditados e alguns traduzidos, Honório exerceu e exerce influência pela renovação dos arquivos, através de escritos e do trabalho em alguns; no ensino da História, com textos decisivos — como **Teoria, Pesquisa, Historiografia** —, e pregação de programas renovadores, referência a escolas ou autores não conhecidos, a defesa de um Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, críticas ou práticas obsoletas ou falsas. Distinguiu-se e afirmou-se pelo vanguardismo em meio rotineiro e acanhado, com repercussões na Universidade, instituição conservadora e em geral falida. José Honório Rodrigues se recomenda pela amplitude do trabalho e pelo justo entendimento do destino do país que amou, estudou e tentou acionar com sua palavra. Esta continuará atuando, pelos livros instigantes, ricos de idéias e programas inovadores. Seu nome, pois, está definitivamente inscrito na história da historiografia brasileira.

(De **Cultura**, supl. de "O Estado de S. Paulo", 16-5-1987)

apontando rumos, com vistas a superar entraves criados pela ordem externa e muito também pela interna, pela mediocridade dos grupos dirigentes, às vezes pelo impatriotismo e até pela traição. No campo intelectual, principalmente no historiográfico, denunciou o oficialismo, subserviência de quem devia encarnar a liberdade, com autonomia e vigor, consumindo-se na rotina, no oportunismo, no culto do convencional, quando há potencialidades a serem devidamente exploradas, rumos a serem trilhados. Além dos livros, reeditados e alguns traduzidos, Honório exerceu e exerce influência pela renovação dos arquivos, através de escritos e do trabalho em alguns; no ensino da História, com textos decisivos — como **Teoria, Pesquisa, Historiografia** —, e pregação de programas renovadores, referência a escolas ou autores não conhecidos, a defesa de um Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, críticas ou práticas obsoletas ou falsas. Distinguiu-se e afirmou-se pelo vanguardismo em meio rotineiro e acanhado, com repercussões na Universidade, instituição conservadora e em geral falida. José Honório Rodrigues se recomenda pela amplitude do trabalho e pelo justo entendimento do destino do país que amou, estudou e tentou acionar com sua palavra. Esta continuará atuando, pelos livros instigantes, ricos de idéias e programas inovadores. Seu nome, pois, está definitivamente inscrito na história da historiografia brasileira.

(De **Cultura**, supl. de "O Estado de S. Paulo", 16-5-1987)